VINCI COMPASS

Vinci Energia FIP-IE

Relatório de Desempenho Mensal

OUTUBRO 2026

Sumário

Informações Gerais **3**
Visão Geral do Fundo 3
Destaques **3**
Comentários do Gestor **4**
Desempenho Financeiro do Portfólio 6
Sobre o Fundo **7**
Organograma Atualizado 7
Performance 7
Cronograma de Distribuição de Resultados 8
Negociação do Fundo na B3 ..... **8**
Ativos de Transmissão **9**
Ativos de Geração Hídrica **10**
Constrained Off/ Curtailment 12
Contato RI **14**

Informações Gerais

Visão Geral do Fundo

Gestor
Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.

Administrador e Escriturador
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

Código de Negociação – B3
VIGT11

Valor Patrimonial da Cota (31-10-26)
R$ 83,80

Valor de Mercado da Cota[1] (31-10-26)
R$ 50,46

Quantidade de Cotas
8.674.669

Número de Cotistas (31-10-26)
4.814

Taxa de Administração[2]
1,5% a.a.

Taxa de Performance
Não há

Tributação
Alíquota zero sobre ganho de capital e rendimentos para Pessoas Físicas

Destaques

83,8

COTA PATRIMONIAL (R$/COTA)

O valor da cota de mercado do Fundo encerrou o mês de outubro avaliado a R$ 50,46. Esse valor representa um desconto de 39,8%.

15,7

TIR REAL IMPLÍCITA (% IPCA+)

TIR implícita na cota de fechamento do mês de outubro (R$ 50,46) é de IPCA + 15,7%, correspondendo a uma taxa de IPCA + 19,2% com Gross Up de imposto de renda, de modo a deixar a taxa comparável com outros investimentos não isentos.

24,3

GERAÇÃO EÓLICA (MWm)

A geração eólica no mês foi de 24,3 MWm o que representou uma geração 29% abaixo da meta contratual prevista para o mês. O curtailment representou uma frustração de 7,9 MWm, caso não houvesse essa limitação, a geração realizada seria 5,7% abaixo da meta. No acumulado do ano, conforme Lei nº 5.269/2025 que estabelece o ressarcimento do curtailment de confiabilidade e elétrico, a geração de Mangue Seco ficou 31,7% abaixo da meta contratual.

(1) Valor da cota ex-rendimentos
(2) Inclui remuneração do Gestor, Administrador e Escriturador

Comentários do Gestor

Cenário Macroeconômico

A reeleição de Lula reabre a dúvida sobre os rumos da política fiscal. O discurso de campanha não colocou a responsabilidade fiscal como prioridade, mas a história do PT recomenda cautela: o primeiro governo Lula, com Palocci, e o início do segundo mandato de Dilma, com Levy, adotaram posturas mais ortodoxas sob pressão dos mercados, mais por necessidade do que por convicção. A eleição reforçou esse ponto. Entre o primeiro e o segundo turno, a simples expectativa de um governo mais conservador derrubou os juros futuros; após a vitória, o otimismo se dissipou, a curva voltou a subir e o mercado já precifica novas altas da taxa básica. O episódio mostrou quanto da estrutura de juros reflete incerteza fiscal e prêmios de risco.

O ponto de partida é desafiador. A economia cresceu acima do potencial (cerca de 2%), com desemprego em mínimas históricas, mas os gastos seguem crescendo mais do que as receitas. O resultado primário deve fechar 2026 próximo de zero, longe do superávit de cerca de 2,5% do PIB necessário para estabilizar a dívida, que se aproxima de 83% do PIB. Com a política fiscal expansionista em uma economia próxima do pleno emprego, a inflação segue perto de 4,5% (teto da banda, ante meta de 3%) e os juros reais, em torno de 10%, equivalem a cerca do dobro da taxa neutra. O efeito já aparece na atividade: inadimplência recorde das famílias, contração do crédito líquido de cerca de 3% do PIB em doze meses e expectativa de queda do PIB no terceiro e no quarto trimestres de 2026. O Brasil pode ter chegado a um ponto em que mais estímulos fiscais causam mais prejuízo do que benefício, pois seus efeitos inflacionários exigem juros elevados.

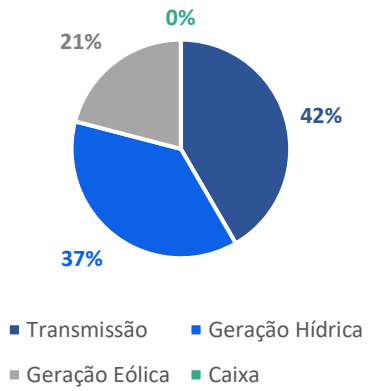
O primeiro sinal virá da escolha do ministro da Fazenda, com Alckmin, Galípolo e Fonteles como nomes cotados, todos vistos como moderados: Alckmin seria uma escolha explicitamente centrista, Galípolo tem conduzido uma política monetária ortodoxa e Fonteles construiu reputação de disciplina fiscal no Piauí. Os ajustes em discussão são mais táticos do que estruturais: maior contenção de gastos, revisão de despesas vinculadas, metas primárias mais ambiciosas e a possível tributação de instrumentos hoje isentos, como LCI, LCA, CRI, CRA e debêntures incentivadas. Nenhuma dessas medidas foi oficialmente anunciada. Há fatores favoráveis: superávit comercial acima de 4,5% do PIB, exportações recordes e petróleo (cerca de US$ 75 bilhões em doze meses, com produção de 4,6 milhões de barris por dia), cuja arrecadação pode subir de cerca de 0,5% para até 1,5% do PIB, desde que seja usada para reduzir a dívida e não para novos gastos. As exportações também dão suporte estrutural ao real, embora o câmbio de curto prazo siga sensível aos fluxos de capital e às expectativas fiscais.

Os próximos meses serão decisivos. Um ministro com credibilidade, acompanhado de compromissos concretos de contenção de gastos, poderia reduzir os prêmios de risco, valorizar o real, melhorar as expectativas de inflação e abrir espaço para o Banco Central aprofundar a flexibilização monetária. A manutenção da orientação fiscal atual, ou um ajuste considerado insuficiente, manteria os juros excepcionalmente elevados e prolongaria a deterioração das condições financeiras.

Estratégia e Destaques

O Vinci Energia FIP-IE é um Fundo de investimento em participações em ativos de infraestrutura. Sua estratégia tem como base a construção de um portfólio composto por participações societárias em ativos de Geração e Transmissão de energia, operacionais, e que apresentem retorno esperado de 350bps acima da NTN-B longa, no momento de aquisição, e que tenham receitas indexadas pela inflação. A estratégia do Fundo visa proporcionar a distribuição de rendimentos periódicos para os cotistas.

A cota de mercado do Fundo encerrou o mês de outubro negociada no valor de R$ 50,46 na B3 o que representa um desconto de 39,3% em relação ao valor da cota patrimonial do Fundo de R$ 83,80. A TIR Real implícita da cota de mercado, com base na avaliação patrimonial realizada com data-base maio/26 é de 15,7% ou 19,2% com gross-up (de forma a comparar o retorno equivalente ao de instrumentos financeiros que têm tributação de imposto sobre a renda).



Ativos de Transmissão representam grande parte do portfólio, contribuindo para maior previsibilidade e estabilidade do Fundo.

Ativos de Geração Hídrica sem exposição ao Curtailment, com seguro para risco hidrológico, que possibilitam uma receita estável e previsível.

Geração Eólica permanece sofrendo com os cortes impostos pelo ONS. Entretanto, o setor caminha para buscando soluções para os ressarcimentos ou eventuais rateios de cortes, que seriam benéficos para os ativos eólicos do Fundo.

Resultado e Indicadores Operacionais

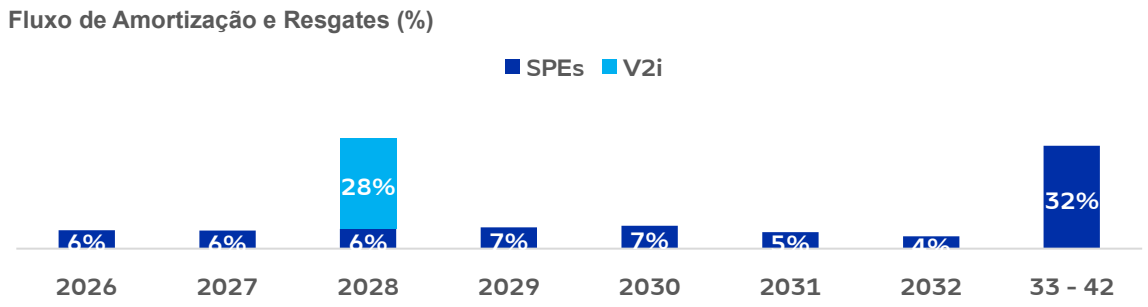
Durante o mês de outubro, as transmissoras operaram com 100% de disponibilidade. No segmento de geração, os parques eólicos de Mangue Seco registraram geração de 24,3 MWm, representando um aumento de 65,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, conforme a Lei nº 5.269/2025 que estabelece o ressarcimento do curtailment de confiabilidade e elétrico, a geração de Mangue Seco ficou 31,7% abaixo da meta contratual.

Já as PCHs de ESPRA apresentaram uma geração aproximada de 9,9 MWm, o que representa uma queda de 28,1% frente ao mesmo mês de 2025. É importante destacar que a companhia integra o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e possui seguro contratado para 100% do GSF, que atingiu 78,3% em outubro. Dessa forma, a geração de caixa com a energia vendida no contrato não sofre alteração em função da geração efetiva ou do GSF.

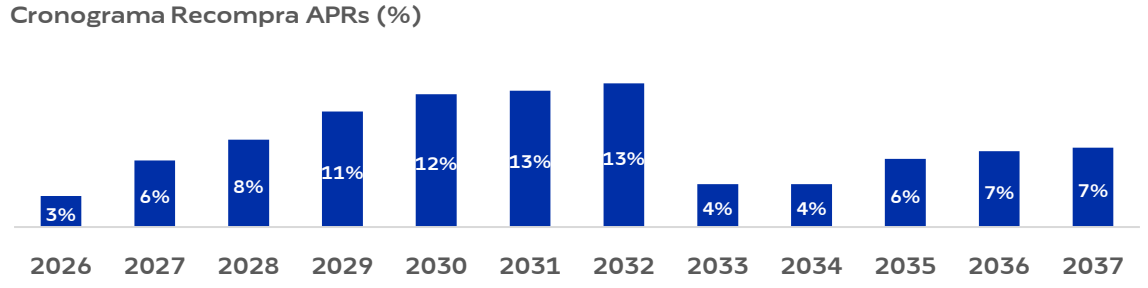
Desempenho Financeiro do Portfólio

O portfólio do fundo apresentou, em setembro, um EBITDA de R$ 17,3 milhões, com margem de 80%. No mês de outubro, foram realizados pagamentos de R$ 6,9 milhões referente a juros e amortizações. Em 31 de outubro, a dívida líquida consolidada da Companhia totalizava R$ 586,4 milhões, com um índice Dívida Líquida/EBITDA de 2,8x.

Empréstimos e Financiamentos (Out/26)	Dívida Bruta (R$ milhões)	Vencimento	Indexador	Spread
LEST	**226,5**			
Financiamento BNB	190,0	out/38	IPCA	2,36%
Debênture 12.431	36,5	mar/34	IPCA	5,36%
Arcoverde	**162,9**			
Financiamento BNB	111,8	dez/38	IPCA	1,46%
Debênture 12.431	51,1	jul/42	IPCA	5,02%
TPAE	**27,4**			
Dívida Bancária	27,4	out/30	IPCA	5,50%
Mangue Seco 1, 3 e 4	**91,1**			
Financiamento BNB	91,1	jul/31	Pré	7,13%
V2i	**249,9**			
Debênture 2a emissão	249,9	jan/28	CDI	2,85%
Total	757,9		-	-

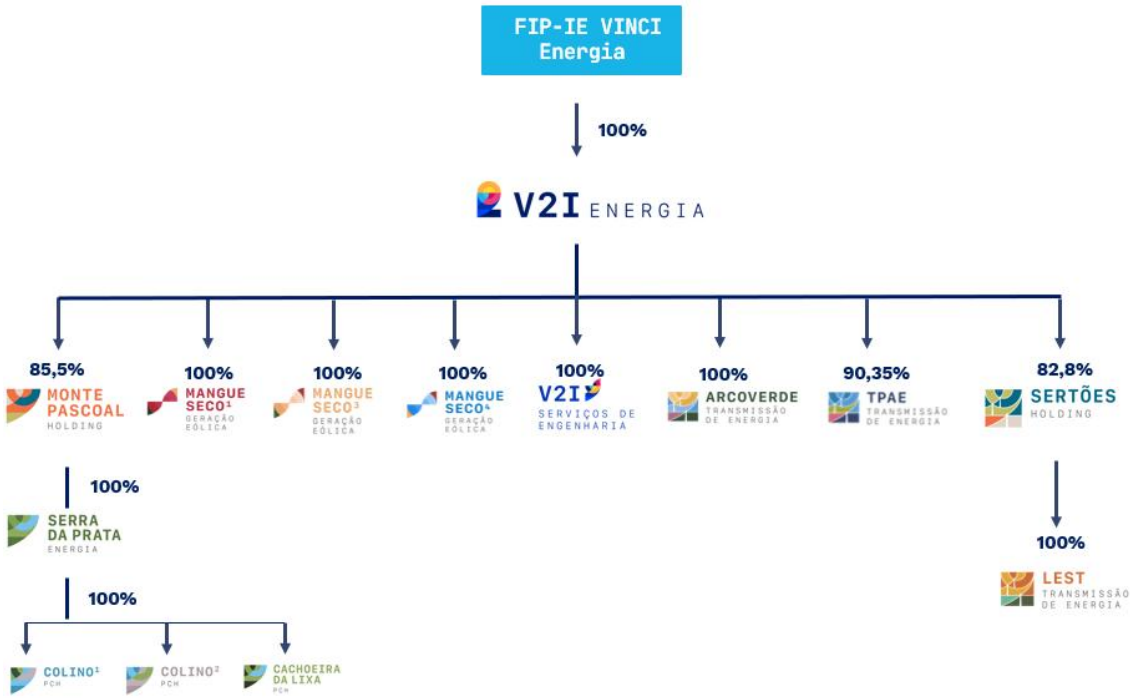


As ações preferenciais apresentam um saldo global de R$ 267,0 milhões em outubro de 2026, e possuem o cronograma de recompra conforme gráfico abaixo:



Sobre o Fundo

Organograma Atualizado

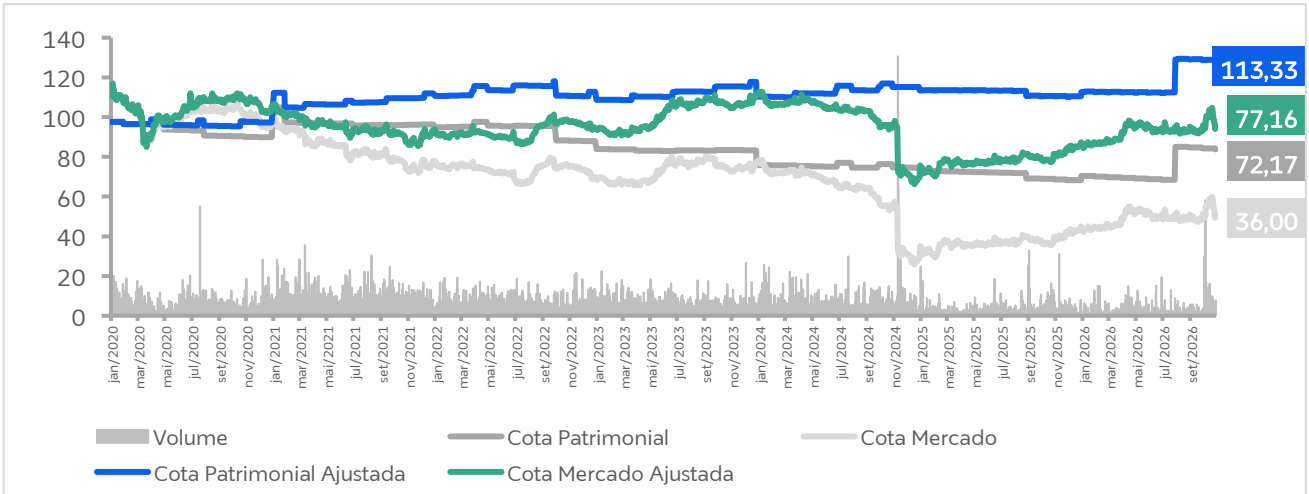


Performance

Distribuições	Rentabilidade desde o Início	Rentabilidade no Ano YTD	Rentabilidade no mês
Desde Início: R$ 45,01 **No Ano:** R$ 2,54	-4,5%	17,8%	4,6%

Valores com base na cota ajustada pelos dividendos distribuídos.

Rentabilidade



Cronograma de Distribuição de Resultados

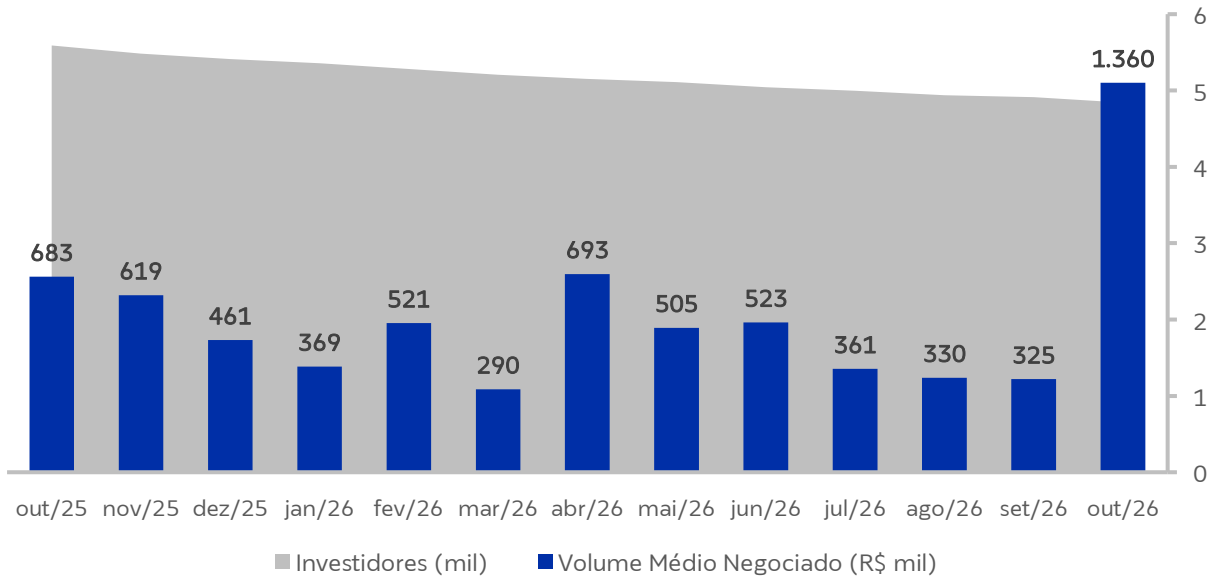
As distribuições do fundo são mensais sendo as datas de anúncio no último dia útil de cada mês e as datas de pagamento no 5º dia útil do mês seguinte.

DATA DE ANÚNCIO	DATA DE PAGAMENTO	Projeção de Pagamentos
30/10/2026	08/11/2026	0,28
30/11/2026	07/11/2026	0,29
30/12/2026	08/01/2027	0,30

Negociação do Fundo na B3

Informação da B3	Outubro/26
Valor de Mercado (R$ mil)	437.724
Número de Cotistas	4.814
Presença diária em Pregões	100%
Volume Diário Médio Negociado (R$ mil)	1.360,08
Giro (% de cotas negociadas no mês)	5,97%

O Fundo encerrou o mês de outubro com 4.814 cotistas. O valor de mercado do Fundo é de R$ 437,7 milhões, o que representa um desconto para o valor patrimonial do Fundo de 39,8%. O volume médio diário de negociação foi de aproximadamente R$ 1.360,1 mil, o que representou um giro equivalente a 5,97% das cotas do Fundo.



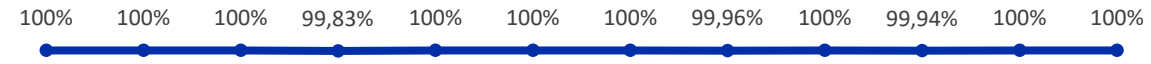
Ativos de Transmissão





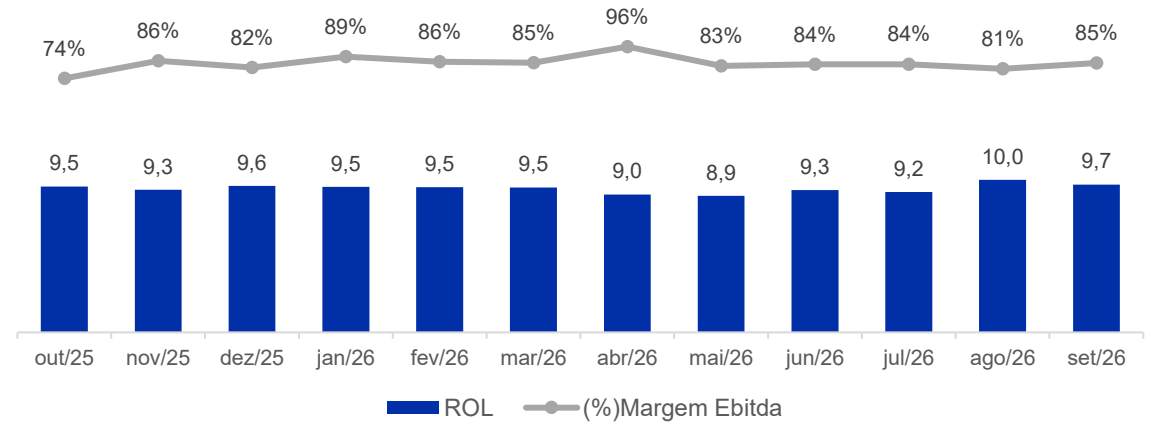

Transmissão	LEST	Arcoverde	TPAE
Extensão	198 km	139 km	12 km
RAP anual ciclo 26-27 (R$ milhões)	71	38	13
Fim da Concessão	2047	2047	2039
Dívida Líquida[1] (R$ milhões)	201	152	26
Participação no EBITDA do Portfólio	26,7%	14,0%	3,7%

Disponibilidade das Transmissoras (%)





Dados Financeiros (R$ mm)



Fonte: Vinci Partners
(1) Dívida Líquida data-base 31-10-2026

Ativos de Geração Hídrica

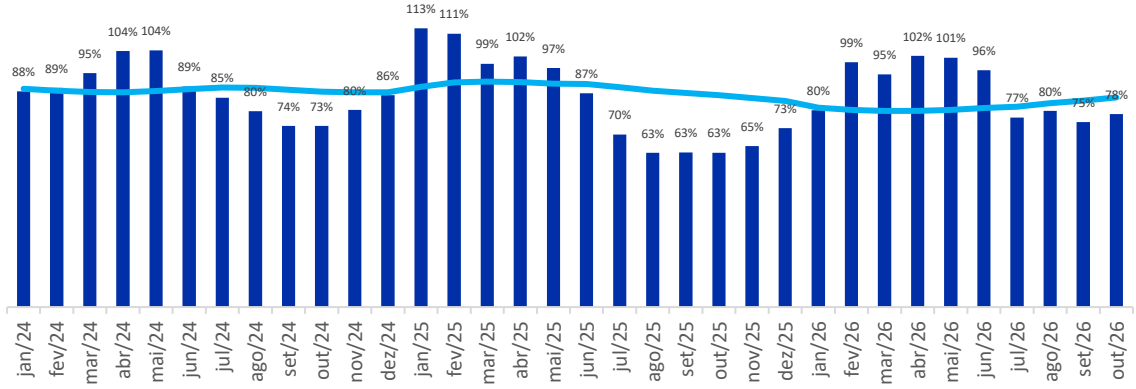




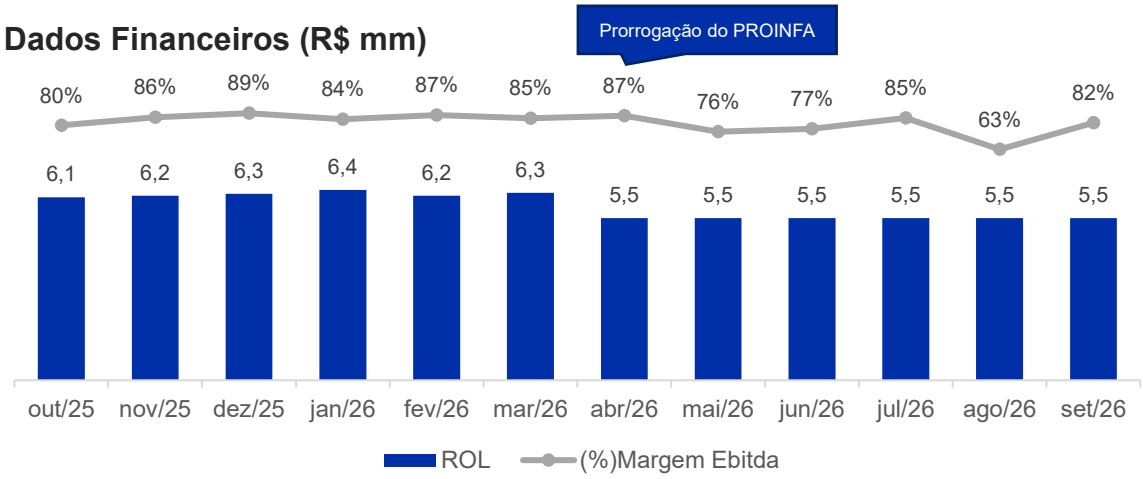


Geração Hídrica	ESPRA		
	Cachoeira da Lixa	Colino 1	Colino 2
Leilão	PROINFA	PROINFA	PROINFA
Capacidade Instalada	14,8 MW	11 MW	16 MW
PPA ciclo 26-27 (R$ / MWh)	407,36	407,36	407,36
Fim PPA	abr/48	fev/48	jun/48
Final da Operação	2063	2063	2063
Dívida Líquida[1] (R$ mm)		-	
Participação no EBITDA do Portfólio		26,8%	

Dados Operacionais - Geração MRE (GSF)



Dados Financeiros (R$ mm)



Fonte: Vinci Compass
(1) Dívida Líquida data-base 31-10-2026

Ativos de Geração Eólica

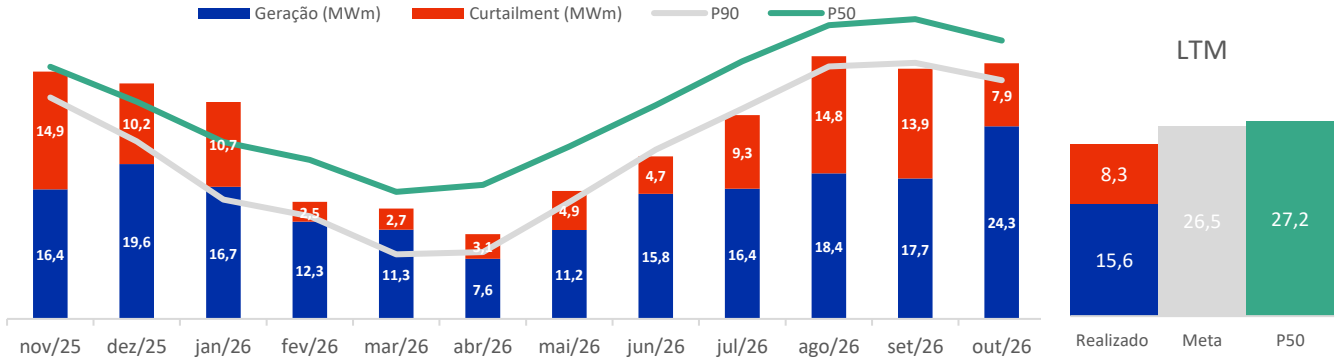
Geração Eólica	Mangue Seco 1	Mangue Seco 3	Mangue Seco 4
Leilão	LER 003/2009	LER 003/2009	LER 003/2009
Capacidade Instalada	26 MW	26 MW	26 MW
PPA² ciclo 26-27	R$ 380 / MWh	R$ 380 / MWh	R$ 380 / MWh
Fim PPA	jun/32	jun/32	jun/32
Fim Autorização	2045	2045	2045
Dívida Líquida¹ (R$ mm)	11	-16	7
Participação no EBITDA do Portfólio		28,8%	



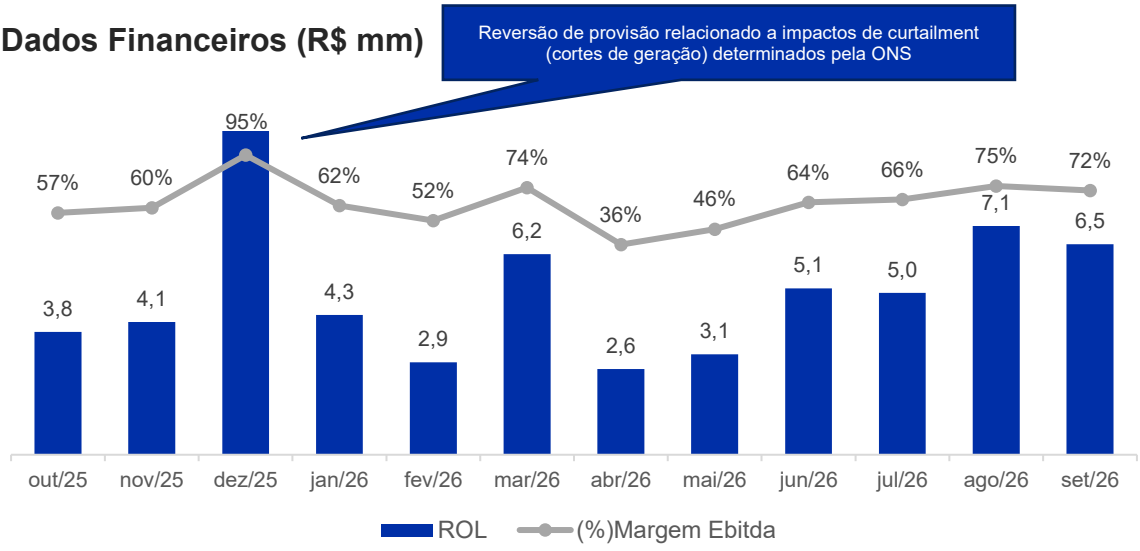




Dados Operacionais – Geração Eólica



Dados Financeiros (R$ mm)



Fonte: Vinci Partners
(1) Dívida Líquida data-base 31-10-2026

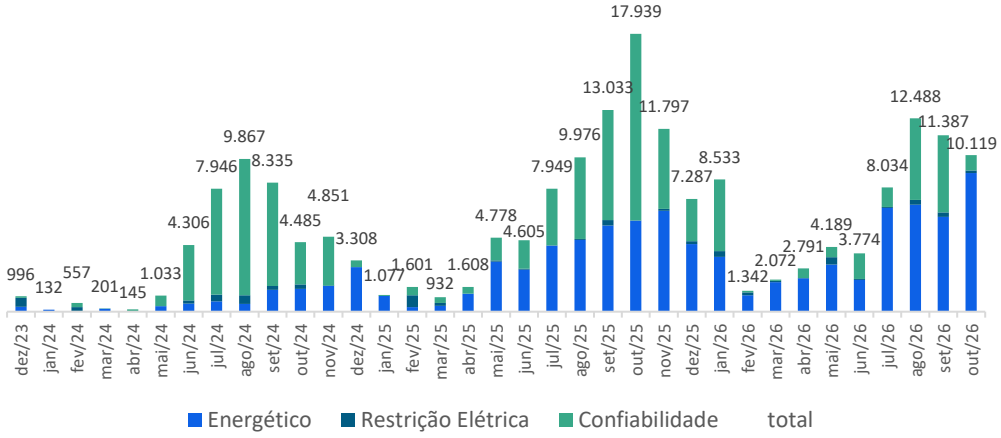


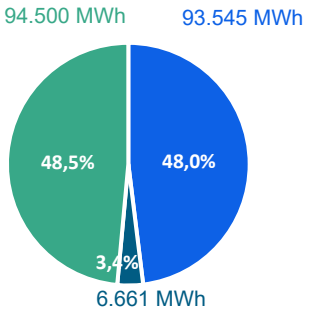
Constrained Off/ Curtailment

O setor elétrico continua discutindo soluções para o problema do curtailment. A Lei nº 15.269/2025, que prevê uma solução parcial de ressarcimento pelas frustrações de geração (curtailment), mediante compensação dos cortes por indisponibilidade externa e por razão elétrica, retroativos a 01/09/2023.

A Lei nº 15.269/2025 ainda depende de regulamentação, mas já existe a previsão de que seja assinado um Termo de Compromisso. Esse Termo deve levar as empresas eólicas a renunciarem a ações judiciais que questionam os cortes, hoje parada no STJ.

Classificação do Curtailment (MWh)





Andamento dos processos:

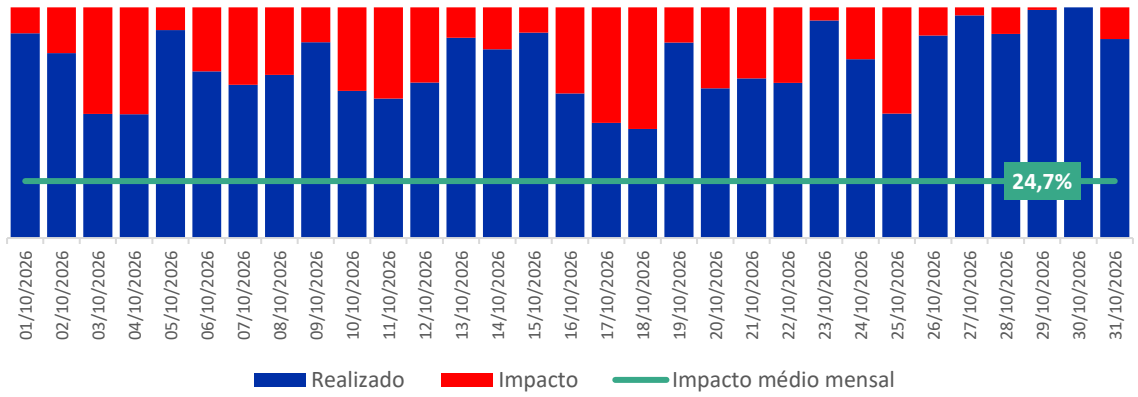
O Ministério de Minas e Energia instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para regulamentação do referido Termo de Compromisso e as contribuições foram recebidas até dia 16/01/2026.

Paralelamente, em 30/12/2025, através do comunicado 971, a CCEE suspendeu todas as cobranças dos ressarcimentos de usinas eólicas até que seja publicada a regulamentação da Lei nº 15.269/2025.

Em jan/26, a ANEEL concedeu medida cautelar no processo administrativo de interesse dos geradores eólicos, determinando a suspenção por 90 dias, dos ressarcimentos estabelecidos na contatação de energia de reserva.

As principais alterações que ainda precisam ser aprovadas pela diretoria da agência, se baseiam na criação de uma ordem de prioridade para os cortes, organizada em blocos e na implementação de um mecanismo de rateio na etapa de pós-operação.

A expectativa é que fontes que apresentam flexibilidade e custos mais elevados para o consumidor ou com capacidade de armazenamento, sejam cortadas antes das fontes renováveis.



O *curtailment* representou cerca de 24,7% da geração potencial no mês de outubro. A geração efetiva no mês de outubro foi 24,3 MWm, enquanto os cortes de geração alcançaram 7,9 MWm no período.

Em outubro os cortes foram distribuídos da seguinte forma: 9,9% por motivos de confiabilidade, 1,6% por restrições elétricas e 88,5% por razões energéticas.

(1) Dados retirados da ONS

Contato RI

www.vincifundoslistados.com

ri@vincifundoslistados.com

+55 (21) 2159-6222

PARA SE CADASTRAR NO MAILING, CLIQUE **AQUI**.

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

Este material foi elaborado pela Vinci Real Estate Gestora de Recursos Ltda. ("Vinci RE"), tendo caráter meramente informativo e não foi objeto de auditoria específica. Este material foi preparado com base em informações pertencentes à Vinci RE e outras informações disponíveis ao público. As informações contidas neste documento são materialmente precisas até a data a que o documento se refere. A Vinci RE usa informações de fontes conhecidas por sua confiabilidade e boa-fé, mas isto não representa nem endossa a precisão ou confiabilidade de nenhuma dessas informações e a Vinci não se responsabiliza pelo teor dessas informações. A Vinci RE não garante as estimativas ou projeções quanto a eventos que possam ocorrer no futuro (incluindo projeções de receita, despesa, lucro líquido e desempenho de ações) contidas neste material. Os resultados reais podem variar das projeções e tais variações podem ser significativas. Nada aqui contido é, ou deve ser entendido como, uma promessa ou representação do passado ou do futuro. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. A Vinci RE se exonera, expressamente, de toda e qualquer responsabilidade relacionada ou resultante da utilização deste material. Este material foi preparado exclusivamente para fins informativos e não deve ser interpretado como uma solicitação ou oferta de compra ou venda de quaisquer valores mobiliários ou instrumentos financeiros relacionados. A Vinci RE não interpreta o conteúdo deste material como consultoria jurídica, contábil, fiscal ou de investimento ou como recomendação. Este material não pretende ser exaustivo ou conter todas as informações que a Vinci RE possa exigir ou ser exigida. Nenhum investimento, desinvestimento ou outras ações ou decisões financeiras devem se basear apenas nas informações contidas neste material.